

Acionistas e Governação das Sociedades

Paulo Câmara (Coordenação)

Ana Perestrelo de Oliveira

Rui Cardona Ferreira

Manuel Sequeira

Abel Sequeira Ferreira

José Pedro Fazenda Martins

Orlando Vogler Guiné

Francisco da Cunha Ferreira

Joana Torres Ereio

Paulo Bandeira

Tiago dos Santos Matias

Sofia Vale

Erik Oioli

Evandro Fernandes de Pontes

José Romeu Garcia do Amaral

Raquel Spencer Medina

Telmo Ferreira

Kiluange Tiny

Vanessa Mendes

Bernardo Correia Barradas

ÍNDICE

SIGLAS UTILIZADAS	5
-------------------	---

APRESENTAÇÃO <i>Paulo Câmara</i>	7
-------------------------------------	---

PARTE I – ESTUDOS GERAIS

CAPÍTULO 1 Governação societária e influência acionista: sinais de mudança <i>Paulo Câmara</i>	13
CAPÍTULO 2 Dos fundamentos dos deveres de lealdade dos acionistas <i>Ana Perestrelo de Oliveira</i>	59
CAPÍTULO 3 O direito aos lucros <i>Rui Cardona Ferreira</i>	83
CAPÍTULO 4 Acordos Parassociais e Mecanismos Indiretos de Controlo <i>Manuel Sequeira</i>	105
CAPÍTULO 5 Breve nótula sobre duas propostas da AEM em matéria de votos dos acionistas <i>Abel Sequeira Ferreira, José Pedro Fazenda Martins e Orlando Vogler Guiné</i>	171
CAPÍTULO 6 As transações entre partes relacionadas no direito português <i>Francisco da Cunha Ferreira e Joana Torres Ereio</i>	193

ACIONISTAS E GOVERNAÇÃO DAS SOCIEDADES

CAPÍTULO 7 Governance em startups: Equilíbrios societários entre fundadores e investidores

Paulo Bandeira

233

CAPÍTULO 8 *O olho do dono engorda o cavalo. Algumas questões atuais dos fundos de investimento enquanto investidores institucionais*

Tiago dos Santos Matias

261

CAPÍTULO 9 O Estado enquanto acionista: a experiência brasileira na governação (“e desgovernação”) das empresas estatais e das sociedades de economia mista

Evandro Fernandes de Pontes

285

PARTE II – ESTUDOS POR PAÍS

CAPÍTULO 10 Sócios e governação de sociedades em Angola

Sofia Vale

329

CAPÍTULO 11 Direito dos acionistas na sociedade anônima brasileira

Erik Frederico Oioli, Evandro Fernandes de Pontes e José Romeu Garcia do Amaral

371

CAPÍTULO 12 Acionistas e governação de sociedades em Cabo Verde

Raquel Spencer Medina

421

CAPÍTULO 13 Accionistas e Governação de Sociedades em Moçambique

Telmo Ferreira

457

CAPÍTULO 14 Os Accionistas e a governação de sociedades em

São Tomé e Príncipe

Kiluange Tiny e Vanessa Mendes

513

CAPÍTULO 15 Acionistas e governação de sociedades em Timor-Leste

Bernardo Correia Barradas

535

APRESENTAÇÃO DOS AUTORES

555

CAPÍTULO 3

O DIREITO AOS LUCROS

RUI CARDONA FERREIRA

SUMÁRIO: 1. Enquadramento e razão de ordem. 2. O direito ao lucro. 2.1. Aspetos gerais. 2.2. O critério de partilha dos lucros 3. Lucro distribuível e distribuição de lucros. 3.1. Lucro distribuível. 3.2. Exigibilidade do lucro não distribuído. 3.3. Distribuição antecipada de lucros. 3.4. Distribuição de lucros a terceiros. 4. Conclusão

1. Enquadramento e razão de ordem

I – O direito aos lucros gerados pela atividade social está intrinsecamente ligado ao próprio perfil orgânico e à finalidade lucrativa das sociedades comerciais, apresentando-se como um dos mais relevantes elementos que integram a posição jurídica do sócio.

No entanto, quer a definição da política de dividendos, quer a efetiva distribuição destes, dependem da previsão quanto ao desenvolvimento e do êxito dos negócios sociais, bem como, logicamente, do enquadramento jurídico pertinente. Neste último, e como adiante se verá, confluem questões relacionadas com a dialética entre o interesse social e o interesse individual dos sócios, ou a articulação dos interesses destes entre si, os limites da autonomia da vontade na conformação do pacto social, a relação entre sócios e a Administração ou a relação entre a sociedade (ou a coletividade dos sócios) e outros *stakeholders*.

II – Razões de sobra, portanto, para a escolha do tema, que em seguida se percorre com alguma brevidade e numa perspetiva estritamente jurídica,